

SEGUIREMOS COLONIZADAS(OS) E COLONIZANDO... NESTE PORVIR PANDÊMICO?

WILL WE CONTINUE COLONIZED AND COLONIZING... IN THIS PANDEMIC FUTURE?

SEGUIREMOS COLONIZADOS E COLONIZANDO...EN ESTE FUTURO DE PANDEMIA?

Valéria Monteiro Mendes¹

Luana de Oliveira Cândido²

Viviana Graziela de Almeida Vasconcelos Barboni³

Yara Maria de Carvalho⁴

Resumo: As relações entre governo do viver e biopolítica estão muito presentes no campo da saúde e no da saúde coletiva. Contudo, a problematização deste campo de forças com suas permanentes disputas e atravessamentos, amplamente estudado pela saúde coletiva e por outros campos como o das ciências humanas e sociais, de modo geral, não é objeto de análise dos cursos de formação em educação física, incluindo os da universidade pública, que seguem enfatizando um modo de pensar e atuar sobre os corpos com base nos pressupostos de risco e no combate ao sedentarismo associado à prevenção de doenças. Embora nos últimos anos tenham sido produzidos importantes tensionamentos a partir da interlocução entre essas áreas, a questão que se coloca está para além da inclusão de uma disciplina de saúde coletiva nos cursos de formação em educação física, o que também é válido para as outras subáreas. Faz-se urgente interrogarmos os movimentos produzidos neste campo de forças bio-necropolítico. Experimentações que passam pela produção de porosidades que possibilitem nos ocuparmos e sermos ocupados(as) pelos saberes, fazeres, questões e modos de viver de corpos considerados descartáveis, que seguem produzindo coletivamente e de diferentes maneiras mais vida em distintos territórios-borda, como visibilizamos e vivenciamos também durante a pandemia para além dos muros da academia. Tessituras que nos ensinam sobre modos de nos implicarmos contra o “fazer viver-deixar morrer”, cuja materialidade ganhou contornos de crise sanitária-humanitária no contexto da pandemia de Covid-19, atingindo-nos a todos(as) de diferentes maneiras.

Palavras-chave: Biopoder. Educação Física. Saúde Coletiva. SUS. Pandemias.

Abstract: The relations between the government of living and biopolitics are very presents in the field of health and public health. However, the problematization of this field of forces with permanent disputes and troubles, widely studied by collective health and by other fields such as the human and social sciences, in general, is not object of analysis of training courses in physical education, including those from the public university, which continue to emphasize a way of thinking and acting on bodies based

¹ Doutora pela Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, valeriamm@alumni.usp.br

² Mestranda em Formação Interdisciplinar em Saúde, Faculdade de Odontologia, Universidade de São Paulo. lu.candido@usp.br

³ Mestranda em Ciências, Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo. vivianabarboni@yahoo.com.br.

⁴ Professora Associada, Departamento de Pedagogia do Movimento do Corpo Humano, Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo. yaramc@usp.br.

on assumptions of risk and the fight against a sedentary lifestyle associated with disease prevention. Although in recent years important tensions have been produced from the dialogue between these areas, the question is beyond the inclusion of public health disciplines in physical education training courses, which is also valid for the other subareas. It is urgent to question the movements produced in this bio-necropolitical field of forces. Experiments that go through the production of porosities that allow us to occupy ourselves and be occupied by the knowledge, practices, questions and ways of living of bodies considered disposable, which continue to collectively produce more life in different ways in different border-territories, as we visibilized and we also experience during the pandemic beyond the boundaries of the academy. Arrangements that teach us ways of getting implications against the “make live-let die”, whose materiality has taken on the contours of a health-humanitarian crisis during the Covid-19 pandemic, affecting us all in different ways.

Keywords: Politics. Physical Education and Training. Public Health. SUS.Unified Health System.

Resumen: Las relaciones entre el gobierno de los vivos y la biopolítica están muy presentes en el campo de la salud y la salud colectiva. Sin embargo, la problematización de este campo de fuerzas con sus permanentes disputas y los obstáculos, ampliamente estudiado por la salud pública y por otros campos como las ciencias humanas y sociales, en general, no es objeto de análisis de los cursos de formación en educación física, incluyendo las de la universidad pública, que siguen enfatizando una forma de pensar y actuar sobre los cuerpos basada en supuestos de riesgo y de lucha contra el sedentarismo asociado a la prevención de enfermedades. Aunque en los últimos años se han producido tensiones importantes a partir del diálogo entre estas áreas, la cuestión que se plantea va más allá de la inclusión de una disciplina de salud colectiva en los cursos de formación de educación física, lo que también es válido para las demás subáreas. Es urgente cuestionar los movimientos que se producen en este campo de fuerzas bio-necropolítico. Experimentos que pasan por la producción de porosidades que nos permiten ocuparnos y ser ocupados por los saberes, haceres, cuestionamientos y modos de vivir de cuerpos considerados desechables, que siguen produciendo colectivamente más vida de diferentes formas en diferentes territorios-frontera, como visualizamos y también experimentamos durante la pandemia más allá de los muros de la academia. Tesituras que nos enseñan formas de implicarnos frente al “hacer vivir-dejar morir”, cuya materialidad ha tomado los contornos de una crisis sanitario-humanitaria en el contexto de la pandemia del Covid-19, afectándonos a todos de diferentes maneras.

Palabras clave: Biopoder. Educación Física. Salud pública. SUS. Pandemias.

ABRINDO O TEMA...

A educação física seguirá colonizada no pós-pandemia? A educação física se ocupará e será ocupada por quais vidas e por quais interrogações no pós-pandemia? Estas são as questões que nos agenciam para a composição de uma escrita compartilhada diante do tema desta chamada.

São questões que constituem o campo da saúde coletiva e que conformam os saberes, as práticas e os modos de compor as relações das/entre diferentes subáreas da saúde, incluindo a educação física, orientada por concepções, valores, apostas e movimentações de certo ordenamento de mundo forjada por uma racionalidade baseada no método científico e no modelo biomédico de ciência do século XVII, cujas linhas de força têm constituído fortemente os campos da formação, da produção de conhecimento, do trabalho e da produção de políticas públicas (LUZ, 2012; MENDES; CARVALHO, 2021).

Neste contexto, as questões da vida individual-coletiva, os modos de existir em suas singularidades e convivialidades, as lutas por ampliação de direitos e o combate às iniquidades tornam-se alvo de projetos prescritivos, moralizantes, medicalizadores, tecnicistas que privilegiam o controle dos corpos e o governo dos modos de viver.

Gilles Deleuze, na trilha das discussões de Foucault (2005) sobre as sociedades disciplinares, problematizou as repercussões das sociedades de controle na vida individual e coletiva analisando as modulações do capitalismo em mutação permanente e no qual somos cifras (seres divisíveis) a viver os efeitos de uma moratória ilimitada em estado de variação contínua, tendo em vista o fluxo incessante de demandas pelo capital que as tornam inatingíveis (DELEUZE, 2013).

Neste campo de análise, Peter Pelbart, ao tratar sobre a relação entre poder e vida na perspectiva do biopoder e da biopolítica, nos fala que o “poder tomou a vida de assalto” e que “tudo isso foi violado e invadido, mobilizado e colonizado, quando não diretamente expropriado pelos poderes, a partir de mecanismos diversos, anônimos e flexíveis, que incidem sobre a percepção, os sentidos, os afetos e sobre o processo de criação, acentrados, reticulares e moleculares” (PELBART, 2007, p. 57). Contudo, nesta experiência, o autor nos mostra que “ao biopoder responde a biopotência, ao poder sobre a vida responde a potência da vida”, pois tal resposta, que pode ser pensada como o caminhar por uma fita de Moebius, não configura uma reação, justamente porque a potência da vida é coextensiva, imanente, ao poder. Tal configuração evoca a possibilidade de nos valermos da não determinação entre biopoder e biopotência como

caminhos a fim de reabrirmos um leque de sentidos que se constituem sobre a noção de vida e de sociabilidade (PELBART, 2015 p. 21). É desta perspectiva analítica que Pelbart chama atenção para a necessidade de cartografarmos pontos de emergência, locais de irrupção, atualizações diversas e dispositivos “que se vão inventando para liberar essa vitalidade sequestrada, ou os pontos de estrangulamento dessa vitalidade” por se tratar de movimentos que explicitam a produção de uma “cartografia vital, subjetiva, afetiva, biopolítica” (PELBART, 2001, p.5).

As relações entre governo do viver e biopolítica não são novidades no campo da saúde e muito menos no campo de saberes e práticas denominado de saúde coletiva. Mais recentemente, tais relações foram amplificadas com a noção de *necropolítica* cunhada por Achille Mbembe, que ao lado de vários pensadores, como Michel Foucault, nos permite adensar as análises sobre a política de morte que nos atravessa a todos, na qual “o sistema capitalista é baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer” (MBEMBE, 2019 p.80).

Neste rearranjo de forças, o “fazer viver-deixar morrer”, experienciado com as sociedades modernas, ascende à condição de um “fazer morrer” determinadas vidas consideradas de menor valor, uma vez que diz respeito a uma lógica do sacrifício acoplada ao neoliberalismo. *Necroliberalismo* é a expressão que Achille Mbembe usa para falar desse sistema que opera com a ideia de que “...alguém vale mais do que os outros” e quem “...não tem valor pode ser descartado” (MBEMBE, 2019 p. 80).

E pensar-reconhecer que há existências qualificadas como de “menor valor”, leva-nos fundamentalmente às linhas de força que constituem os racismos, colonialismos, sexismos, classismos, etarismos, capacitismos que buscam incessantemente governar os distintos modos de estar no mundo pelo capitalismo/governamentalidade neoliberal. Modos de pensar-agir que também compõem o modelo hegemônico de formar-cuidar-pesquisar em saúde e de produzir políticas públicas.

Sem desconsiderar os encontros entre educação física e saúde coletiva e as ciências humanas e sociais, a partir dos quais têm sido possível construir e disputar outros modos de pensar-ensinar-cuidar-pesquisar-produzir conhecimento em saúde, mais inventivos e compartilhados com outras profissões e, sobretudo, com os usuários dos serviços e movimentos sociais/comunidades, a questão que se coloca diz respeito aos limites na fabricação o de outros deslocamentos e sentidos e de outras perspectivas nos cursos de formação e nos modos de operar as práticas de saúde no cotidiano dos

SUS, para além dos preceitos de prevenção e risco segundo vertentes tecnicistas, homogeneizantes e medicalizadoras (CARVALHO, 2010; CARVALHO; MENDES, 2019).

A questão candente é que este campo de forças com suas permanentes disputas e atravessamentos, amplamente estudado pela saúde coletiva e pelas ciências humanas e sociais, de modo geral, não pertence (não é objeto de análise) aos cursos de formação em educação física que seguem enfatizando um modo de pensar e atuar sobre os corpos, inclusive nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas a partir de projetos políticos pedagógicos e de extensão que ainda que, cada vez mais, instiguem aproximações entre estudantes de graduação e pós-graduação e os serviços do SUS, seguem privilegiando a perspectiva biologizante, moralizante e tecnicista com base nos preceitos de risco e no o combate ao sedentarismo associado à prevenção de doenças.

Neste contexto, compartilhamos com Castiel, Ferreira e Moraes (2014), nos rastros foucaultianos do cuidado de si, da biopolítica e da parresia cínica (recurso de crítica produzido no complexo âmbito sanitário com seus enfoques disciplinares predominantemente biopolíticos) que nos permitem pensar sobre este enfoque moralista, cuja ênfase recai sobre as marcações biológicas mensuradas e agregadas ao nível das populações.

Dessa perspectiva, as singularidades do viver não são tomadas como objetos da biopolítica e disso decorre o estabelecimento de normas, determinações de médias e definições de padrões que transformam a vida em um elemento objetivo e quantificável que se constitui em uma realidade prática e epistemológica à parte dos seres vivos concretos e das peculiaridades da experiência individual. Exemplos dessa deformidade podem ser as disciplinas como estatística, demografia, epidemiologia e biologia, mas também algumas filosofias, antropologias e sociologias que produzem análises de processos vitais da população e de modos de governar indivíduos e coletivos visando desenvolver ações de correção, exclusão, normalização, padronização e otimização “capacidades e habilidades” tendo como alvo a performance. Planos de produção de conhecimentos e práticas que explicitam uma “racionalidade cínica”, conforme denomina Castiel, Ferreira e Moraes, chamando atenção para uma de nossas tarefas neste processo: garantir compromissos ético-políticos que se afastem da perspectiva utilitária de agentes supostamente autônomos e racionais e com o direito de decidir e escolher sobre seus próprios benefícios diante dos custos estipulados - mas que

experimentam possibilidades bastante reduzidas e distanciadas de dimensões emancipatórias (CASTIEL; FERREIRA; MORAIS, 2014).

A análise dos autores evidencia a necessidade de apostarmos em diferentes modos de aprofundar as disputas, a exemplo da educação física, sobre os modos de oprimir naturalizados e os jogos de interesse e de poder que compõem tal racionalidade cínica. Precisamos fabricar enfrentamentos aos modos de sujeição subjetiva e ao tratamento moralista dos riscos à saúde, a partir da normatividade que dela decorre, como, por exemplo, a difusão sociocultural do controle do peso e da adoção de medidas de alimentação e de práticas supostamente saudáveis destituídas de projetos comuns.

Trata-se de disputar os planos de produção que constituem o terreno do “individualismo sanitário” que dizem respeito a questões relativas à própria segurança ontológica, compelindo as pessoas a adotarem recomendações e comportamentos preventivos/saudáveis com vistas à vitalidade longa e à minimização das manifestações do mal-estar que experimentam na vida – provenientes das precariedades do modo capitalista de viver (CASTIEL; FERREIRA; MORAIS, 2014).

Signos da “saúde persecutória” que, ao tempo em que é constituída por estudos populacionais, também é conformada por um pensamento paranóide próprio da categoria “risco” que incide fortemente sobre feixes de dimensões subjetivas a partir de um discurso racional que, no entanto, por não se caracterizarem pela certeza e consistência, não proporcionam segurança e tranquilidade, levando à experimentações da vida em uma atmosfera conspiratória fértil para pensamentos persecutórios, na qual a suspeição pode se renovar a qualquer momento (CASTIEL; GUILAM, 2007).

Como propôs Sandra Caponi há quase vinte anos, é fundamental problematizarmos a respeito da aceitação do risco, agregando práticas que sinalizam um modo mais solidário e menos punitivo de conviver com condutas consideradas perigosas, sobretudo no âmbito de ações produzidas na saúde pública, para além de estudos e parâmetros que limitam a discussão de questões como frequência estatística, desvio, normas, normalidade (CAPONI, 2003). Nesse sentido, precisamos inventar deslocamentos que nos revirem, que aliviem nossos corpos das opressões científicas e que liberem nossas práticas das amarras do governo das vidas. Desafios urgentes.

Sem idealizações, precisamos seguir apostando na produção política de movimentos que favoreçam agenciamentos na direção de um pensar-experimentar modos de estar nos territórios do cuidado na perspectiva de uma “redução de danos”, na

qual não cabe definir o que deve ser ou não produzido (fazer exercício, parar de fumar), mas provocar e sustentar a construção de dispositivos que favoreçam ações compartilhadas com quem é cuidado, bem como de espaços para análises coletivas sobre nossas práticas de modo a favorecer aprendizagens (e desaprendizagens) a partir do vivido, levando em consideração os diferentes planos e forças que constituem a formação, o trabalho, a pesquisa, a construção do conhecimento, a produção de políticas de saúde e os lugares onde a vida acontece em suas singularidades (FEUERWERKER, 2019)ⁱ.

É neste contexto analítico que problematizamos alguns aspectos sobre as conexões entre a educação física e os campos da saúde coletiva e das ciências humanas e sociais, bem como os limites desta relação, buscando agenciar caminhadas pelas encruzilhadas da formação, da pesquisa e do cuidado que favoreçam a delicada e urgente construção de processos descolonizadores no plano individual e coletivo.

A construção compartilhada de saberes e práticas mais solidárias, compartilhadas e a favor do viver em suas multiplicidades e singularidades, que inclui o reconhecimento das questões, iniquidades e invenções experienciadas mais intensamente pelos viventes invisibilizados nas margens e nas bordas (alvos inequívocos do “fazer morrer”), há muito enunciada e persistentemente produzida por vários(s) viventes que, como nós, habitamos a saúde coletiva é o que fundamentalmente escancara este presente-porvir pandêmico.

AS ENCRUZILHADASⁱⁱ DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA SAÚDE...

Apostar na construção de um perspectivismo descolonizante, que é individual e coletivo, exige várias desconstruções sobre o pensamento linear e neutro dos problemas e soluções, tal como aprendemos em nossos processos formativos e produzimos ativamente no mundo do trabalho. São complexos e extensos processos de desterritorializações. Demanda a invenção de encontros e vivências delicadas e precisas e lúcidas diante das condições espinhosas e difíceis diante das cicatrizações das feridas que foram marcando os corpos.

“Tudo sempre foi assim” é uma ideia perversa, diante dos longos e persistentes entrelaçamentos intensos nos campos de disputas e jogos de forças em prol e detrimento das vidas, especialmente de algumas.

Nos últimos vinte anos a formação em educação física tem sido tensionada pela interlocução que temos produzido com os campos da saúde coletiva e das ciências

humanas e sociais e, nos últimos tempos com os das artes, notadamente a partir de investigações em serviços públicos de saúde realizadas por integrantes do grupo de pesquisa “Corpus”, constituído em 1999 (FREITAS, 2007; MARCONDES, 2007; CARVALHO, 2007; WARSCHAUER, 2008; CARVALHO; PRADO; ALONSO, 2013; MENDES; CARVALHO, 2016; MORETTI; CARVALHO, 2019; TERRA, 2017).

Estudos que até hoje reverberam no campo específico à medida que chamam a atenção para os sentidos e valores atribuídos a diferentes modos de estar com o outro quando o corpo, a saúde, o adoecimento, entre outras questões, norteiam as relações e as composições com outras áreas do conhecimento, não desconsiderando as contribuições das ciências naturais. Provocações, demarcações conceituais que instigaram parcerias e projetos com pesquisadores(as) de outras áreas (AYRES *et al.*, 2012; FRAGA; CARVALHO; GOMES, 2012; 2013; FERRACINI, 2016; FONSECA *et al.*, 2016; JUNQUEIRA; CARVALHO, 2016; CARVALHO; GOMES; FRAGA, 2016).

Nestas turbulentas navegações pelas águas da saúde, a noção *práticas corporais* tem operado como uma linha de força, especialmente na relação educação física e saúde coletiva. O termo remete a um conjunto de saberes e práticas que possibilita a experimentação de caminhos de cuidado mais solidários, democráticos, não medicalizantes e implicados com as questões, as necessidades, as expectativas, os interesses, as potencialidades e os saberes experimentados pelas pessoas e por coletivos/comunidades, encontrando no SUS um espaço privilegiado para propormos o cuidado (CARVALHO, 2006; CARVALHO, 2010; CARVALHO; MENDES, 2019).

Neste fluxo, vários pesquisadores(as) vêm dando corpo a diferentes modos de navegar que seguem tensionando a formação e atuação em educação física seguindo o curso de uma perspectiva ampliada e compartilhada que tem se materializado na atenção básica, nos centros de apoio psicossocial (CAPS), no programa academia da saúde, no cuidado com práticas integrativas e complementares (PICS) (ANTUNES; FRAGA, 2021; WACHS, 2016; REUBENS, 2021; FURTADO, 2022). Movimentações nos campos do ensino, da pesquisa e do cuidado fortemente atravessados pelo modelo médico-hegemônico que se inscreve como um dispositivo operador do campo de forças da governamentalidade neoliberal.

Considerando os efeitos da relação educação física e saúde, Mendes e Carvalho (2016) identificaram a existência de duas vertentes no contexto da pesquisa-atuação no SUS. Uma, denominada *bioeducação* física, define o papel do profissional de educação

física como voltado à implementação de programas que enfatizam o aspecto biológico (combate ao sedentarismo e aos fatores de risco), prescindindo do reconhecimento dos modos de viver e da construção de ações orientadas para uma compreensão menos objetificante, tecnicista e moralizante processo saúde-doença-cuidado. A outra, a das *práticas corporais*, orientada para a produção de diálogos com os campos da saúde coletiva, ciências humanas e sociais, artes, saúde mental e os princípios e valores do SUS privilegiando a construção de ações que priorizam a experimentação compartilhada a partir de conceitos como interprofissionalidade, subjetividade, processualidade, vínculo, autonomia, corresponsabilidade e cuidado como produção. É nesta perspectiva que as práticas corporais podem e têm sido experienciadas por profissionais de saúde, usuários e comunidades como tecnologias leves (MENDES; CARVALHO, 2019), seguindo as proposições de Emerson Merhy (2002; 2013), na delicada e continuada tessitura de modos mais compartilhados de cuidar e produzir coletivamente saúde (MENDES; CARVALHO, no prelo).

Analisando o território das Políticas e considerando o fazer em saúde na educação física, o jogo de forças entre as referidas vertentes pode ser percebido, por exemplo, na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e na Portaria que instituiu os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). Na primeira edição da Política (em 2008), as disputas e tensões eram expressas pela barra que separava os termos práticas corporais/atividade física, denotando que as expressões não são sinônimas justamente por trazerem consigo diferenças em relação às concepções sobre corpo, saúde, cuidado e modos de propor as ações nos serviços. Com a revisão da Política, em 2014 (BRASIL, 2014), houve a retirada da barra entre os termos (art. 10, inciso III), o que aponta para outra composição de forças no processo de reconfiguração da Política

Ainda no campo da produção de Políticas, em 2021 ocorreu a publicação do Guia de Atividade Física para a População Brasileira (BRASIL, 2021) que segue na esteira biopolítica de recomendações para a realização de atividade física visando o combate do comportamento sedentário e a prevenção de doenças. E as práticas corporais? Elas aparecem em um tópico do referido Guia que indica aos professores de educação física: “Você pode ser o exemplo de pessoa fisicamente ativa para que as crianças e jovens também adotem ou mantenham a prática de atividade física” (BRASIL, 2021 p.19)ⁱⁱⁱ.

No contexto das Políticas há que ser destacada também a mudança no financiamento da Atenção Básica (denominada como Atenção Primária à Saúde que

evidencia os caminhos privilegiado pela atual gestão do Ministério da Saúde), o Previne Brasil, que abole o repasse dos recursos federais por equipes NASF-AB credenciadas e implantadas aos municípios, e interrompe o credenciamento de novas equipes NASF-AB (BRASIL, 2020) (denominado desde 2017 de Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica – que novamente aponta para os caminhos privilegiados) pelos municípios visando a composição de equipes multiprofissionais para além dos profissionais básicos, cujas repercussões tendem a incidir sobre áreas que ainda buscam consolidar sua inserção nas equipes de saúde, como a educação física.

Mesmo considerando que a publicação de uma Política não é suficiente para garantir a significação de outra formulação ético-política nos campos da formação e do cuidado sobre corpo, processo saúde-doença, modos de viver, necessidades em saúde, composição das relações de cuidado (MENDES; PASQUIM, 2015), há que ser reconhecido que em formulações, como as citadas anteriormente, a forte atuação das linhas médico-hegemônica e de mercado, das quais decorrem fortes componentes de responsabilização individual e de normatização de modos de viver com bases nas noções de risco x prevenção e promoção da saúde no contexto do SUS.

A esse respeito, vale destacar a análise de Germano, Mendes e Feuerwerker (2020) que nos permite incluir outros elementos que atravessam a relação entre educação física e saúde e pôr em análise os desafios que compõem a atuação dos profissionais da área neste presente porvir-pandêmico. As análises mostram que apesar da formulação da Estratégia de Saúde da Família (ESF) partir de uma proposta de superação do modelo biomédico que buscava colocar a família na centralidade do cuidado a partir de ações de promoção, prevenção, reabilitação, diagnóstico para disputar outros modos de produzir o cuidado com base no trabalho interprofissional vivo nos territórios, as forças biopolíticas e de mercado atravessaram e capturaram o SUS de modo importante, especialmente considerando a ausência de fabricações das disputas necessárias sobre o modo de construir o SUS do que decorreu, de modo geral, a redução de alguns de seus construtores a condição de executores e consumidores de procedimentos.

As autoras destacam que neste campo de forças a ESF foi construída como um dispositivo fortemente disciplinar que se vale de mecanismos de poder-saber para o controle e a vigilância de territorialidades prescindindo da construção de conversações com o viver. Disso, a potência de considerar as singularidades dos modos de vida foi paulatinamente capturada pela perspectiva majoritariamente orientada pelo saber

epidemiológico, o que não tem favorecido a produção e o acesso às ações em rede. Disso decorre ainda um modo de conceber e de estar nos territórios orientado para a redução e/ou eliminação de fatores de risco que opera com base na aproximação da promoção da saúde de um conjunto de ações normalizadoras e avalizadas pelo saber científico, nas quais longevidade, equilíbrio, qualidade de vida são noções amplamente difundidas, que ganham um lugar nos processos de subjetivação como o caminho para a obtenção de saúde e para ser/estar saudável sem ônus (GERMANO; MENDES; FEUERWERKER, 2020).

Assim, no cotidiano desta lógica de uma vida saudável e ativa, que pouco favorece saberes e práticas mais próximos da noção de saúde como uma produção, os encontros privilegiam um modelo individualizante, culpabilizante e assujeitador, no qual as existências são atravessadas e reguladas pelo discurso do risco, como vimos anteriormente um dos operadores da perspectiva biopolítica que, articulada à ESF, atribui às pessoas a responsabilidade pela conquista de saúde. Neste processo de subjetivação há ainda forte atuação da linha de força “mercado” que produz maneiras de ser, estar, viver, vestir, comer, instando o consumo de uma vida saudável no âmbito das demandas (inatingíveis) da governamentalidade neoliberal (GERMANO; MENDES; FEUERWERKER, 2020).

A questão é que, apesar da forte atuação destas forças, a promoção da saúde como “carro-chefe” da ESF pode ser construída como um processo compartilhado justamente porque as políticas são produzidas, ganham materialidade, em ato e no cotidiano dos encontros. Contudo, tal perspectiva tende a não ganhar corpo se considerado que a retórica da promoção da saúde orienta-se para a “saúde positiva”, com base em indicadores que “atestam” a qualidade da assistência e das ações de promoção ao serem ativados, entre outras forças, as de mercado. E tais marcadores, quando associados à noção de desempenho, particularmente pela mídia, atuam fortemente na produção de comportamentos moralizantes a serem consumidos como “estilos de vida”, no âmbito do discurso de “empoderamento individual”, também é utilizado pelas equipes de saúde a partir da lógica de vigilância/controle operada nos serviços e nos domicílios (GERMANO; MENDES; FEUERWERKER, 2020).

O tema candente é que as políticas (como também sua ausência ou restrição) constituem-se em dispositivos importantes para efetivação da governamentalidade neoliberal, pois movimentam e são movimentadas por forças em disputa pelo governo da vida – políticas que interferem mais fortemente na vida de uns que de outros, que

reforçam a invisibilidade de certos segmentos, que fabricam processos de subjetivação, mais ou menos capturantes, mais ou menos produtores de vida (FEUERWERKER; MERHY, 2022 no prelo).

Construir um perspectivismo sobre as composições, tensões e interferências engendradas por diferentes forças que compõem os campos da formação, da pesquisa, da atuação profissional e da produção de políticas, nos ajuda a pôr em análise, por exemplo, os sentidos e efeitos da inclusão nos cursos de educação física de disciplinas de Saúde Coletiva e de outras do campo das Ciências Humanas e Sociais, que, de modo geral, tendem a permanecer isoladas e desprezadas pela comunidade acadêmica, tendo em vista o predomínio da linha de força modelo médico-hegemônico e suas conexões com o saber epidemiológico.

Isso é confirmado no estudo de Barboni e Carvalho (2021), que analisaram a formação em Saúde Coletiva dos currículos de educação física de universidades públicas brasileiras. Para além do isolamento, foi identificada nos componentes curriculares a predominância de temas como promoção da saúde (com foco na prevenção de doenças e promoção da qualidade de vida), noções de epidemiologia e problemas de saúde (priorizando a relação entre exercício físico e doenças crônicas), com baixa integração prática no SUS, em uma perspectiva de cuidado individual, centrada no profissional e nos exercícios físicos, evidenciando que, mesmo em disciplinas de Saúde Coletiva, prevalece o conceito de saúde fortemente ligado a elementos biológicos, qualidade de vida, aptidão física e bem-estar físico.

Isso significa considerar que a reformulação de currículos ou a publicação de uma política não são suficientes para provocar deslocamentos necessários à “transformação” dos processos formativos e das práticas de cuidado, justamente porque diferentes linhas de força tensionam, concorrem e interferem nos modos como lidamos, incorporamos e apostamos coletivamente na fabricação de outras implicações e processos de subjetivação nos campos da formação, da pesquisa e do cuidado.

Como exemplo, não é incomum que os (as) profissionais de educação física ao chegarem em um serviço se encontrem com o que é entendido/percebido/esperado pela gestão e pelos outros profissionais sobre sua atuação (prescrição de exercícios para o combate ao sedentarismo e prevenção de doenças), considerando justamente os processos de subjetivação produzidos pelas forças biopolíticas que atravessam a formação de outras subáreas, os modos de construir a equipe em questão e a atuação em rede, ainda que as políticas tragam em seu texto uma perspectiva teoricamente ampliada

e contextualizada sobre a vida nos territórios quanto à construção de arranjos interprofissionais e ações de promoção à saúde que podem incluir as práticas corporais e as práticas integrativas e complementares (PICS).

Sem contar as determinações de ações programáticas que, de modo geral, definem as atribuições profissionais e as repercussões nos modos de vivenciar o trabalho no SUS por meio de contratações via Organizações Sociais (OS). Sem desconsiderar que a imprevisibilidade, a incerteza e os agenciamentos sobre tal ou qual modo de cuidar não estão dados, a questão é que as concepções, valores e apostas - no caso, do (da) profissional de educação física sobre suas atribuições em saúde - não são suficientes para garantir modos de cuidar contra-hegemônicos, pois há que ser considerado que há concepções, valores e apostas da gestão do serviço e que estas favorecem de modo significativo a construção de arranjos e dispositivos mais ou menos produtores de invenções pelos (pelas) profissionais das equipes, que, por sua vez, também carregam concepções, valores e apostas. Compor processos de descolonização em diferentes planos urge...

A ENCRUZILHADA PANDÊMICA...

A Pandemia de Covid-19 ainda vivenciada expôs inequivocamente esta urgência, tendo em vista a manifestação do “liberalismo epidemiológico” que, como enunciado por Isabel Frey (2020), é “uma continuação lógica do raciocínio político que governou o mundo nas últimas décadas, levado ao extremo, como um darwinismo social *laissez-faire*”.

Na esteira de epidemias e pandemias nos séculos XX e XXI (gripe espanhola, gripe asiática, AIDS, doença pelo vírus ebola, a síndrome do zica, a síndrome respiratória aguda grave, síndrome respiratória do oriente médio, H1N1) vivenciamos o que é denominado de doenças do antropoceno ou doenças emergentes que “em sua maioria, se não exclusivamente, estão ligadas à tomada do planeta e às marcas que o homem deixa nele. O que é válido para o clima, para o meio ambiente, é igualmente válido para as doenças infecciosas, especialmente as emergentes. Os três estão ligados”, como nos fala Philippe Sansonetti (2020).

É no contexto desta calamidade crônica agudizada, conforme destaca João Biehl (2021), que ele nos convida a pensar sobre movimentos a serem constituídos tendo em vista a ética do cuidado que os tempos nos exigem, especialmente no que se refere a noções como racismo sistêmico, vulnerabilidade estrutural, descolonização do

saber, por evidenciarem desigualdades relacionadas à Covid-19 e para além dela, o que inclui reconhecimentos acerca de regimes de invisibilização, múltiplas precariedades, descasos e possibilidades de extinção que caracterizam e materializam nossos tempos. Neste campo de análises, o autor nos coloca a necessidade de “escutar, contar e criar outras histórias”, convidando-nos a discutir: qual nosso papel como estudiosos(as)^{iv}, professores(as), escritores(as), ativistas e cuidadores(as) ao interferirmos nesses mundos no limite – e, ao neles interferir, vemos nossos próprios conceitos e compromissos transformados?

E aqui chegamos às questões: A educação física seguirá colonizada e colonizando no pós-pandemia? A educação física se ocupará e será ocupada por quais vidas e por quais interrogações no pós-pandemia?

A pandemia atualizou a crítica desenvolvida desde a década de 1980 por pesquisadores(as) na educação física a respeito de várias questões, em especial o higienismo. Contudo, mais uma vez ficou demonstrado que a categoria atividade física não responde e não corresponde com as regras de vigilância sanitária necessárias ao controle da infecção e não previne infecções, ao contrário, em ambientes fechados favorece processos de contaminação.

Aqui lembramos dos movimentos produzidos por profissionais liberais da educação física e o empresariado do setor fitness com incentivo do Conselho Federal de Educação Física para a inclusão da educação física no rol dos serviços essenciais, o que resultou no reconhecimento da “prática de atividade física e do exercício físico como essenciais para a população mesmo em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais” (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2020) e na permanência das atividades das academias de ginástica e esporte durante as fases de lockdown. Sem desconsiderar que a pandemia favoreceu processos de experimentações sobre outras possibilidades de cuidados com o corpo é inegável o atravessamento da lógica de cuidado uniprofissional, privatista e biológica que não considera outros caminhos de atuação dos(das) profissionais de educação física e seu papel no cuidado coletivo das populações ao enfatizar a perspectiva personalizada e individual das academias como caminho para a obtenção de saúde.

Diante da crise sanitária que atingiu patamares de humanitária tornou-se evidente as insuficiências das respostas e soluções dos manuais e guias, especialmente considerando a vocalização dos corpos das “ruas”. Viventes que mostraram a urgência de “abrirmos os olhos, os corações e as mentes para a construção de movimentos de

composição com as cidades e as lutas em defesa de todas as vidas e não se soltar ou perder dos estudantes”, futuros profissionais cuidadores da saúde e das vidas (CARVALHO; MENDES, 2022 p. 01).

É preciso vivenciar “outras formas de presença com o sensível, com o corpo presente”, especialmente considerando que vivemos dos efeitos do que nossa formação em sentido amplo (no contexto da família, no cenário escolar e universitário, no ambiente de trabalho) produz em nós, ao sermos educados e treinados para ter e acumular em detrimento de distribuir e partilhar. Fabricações controladoras e vorazes que geram o que identificamos como imperialismos, epistemicídios, sexismos, classismos, racismos. A condição de pandemia tem nos exigido pensar nos problemas e dilemas empurrados para “debaixo do tapete” (CARVALHO; MENDES, 2022).

E no âmbito da educação física, é necessário nos atermos em pensadores e obras, para além da própria área de conhecimento, formação e ação, que ampliam o campo problemático relativo, por exemplo, ao corpo e à corporeidade. E nas linhas dos escritos de Bento de Espinosa, há aqui a noção corpo-relação: o corpo é o conjunto das relações que produz com outros corpos, considerando que tudo é corpo, uma planta, uma fruta, o vizinho e cada um dos Videntes – animados e inanimados. O corpo é efeito das relações que produz com outros corpos. Ele está conectado com tudo e todos. E, pois, no encontro com outros campos e saberes que abrem-se outras possibilidades de pensamento, que inclui disputar a formação em uma condição e em um plano de produção de pensamento e de ação relacional, cooperativo e inventivo, que nos arranca da dicotomia teoria e prática, nos colocando na dimensão micropolítica das sensibilidades, das sutilezas, a fim de resistirmos ao distanciamento do Outro, dos Outros, dos coletivos nos seus infinitos modos de existir, bem como ao desamparo e descaso das instituições que vão se tornando caducas e descabidas nos processos de formação (CARVALHO; MENDES, 2022).

É na intersecção com a pluralidade, no encontro cosmopolítico, que podemos fazer pensar, questionar as “verdades absolutas”, reconhecer que a cena política está povoada pelas sombras de outros corpos – dos videntes cujas vozes não são ouvidas, dos que estão ausentes, dos invisíveis – e reconhecer como podemos construir um comum que não apague e nem ignore esses outros. Somos convocados a uma ação prática que tem a relação com o outro como ponto de partida e de passagem, bem como a análise sobre circulação do poder como premissa, e nesse sentido, sobre como pensar e produzir coletivamente pontes para outros mundos com suas epistemologias que nos

possibilitem compor intersecções nos territórios de produção do cuidado, da formação, das políticas públicas e tudo que podemos significar como comum.

É preciso produzir encontros com outros corpos para além do tempo e espaço da academia. É preciso navegar por outros fluxos de saberes, práticas, crenças, valores que carregam cores, sons, movimentos, sabores, afetos nas suas infinitas formas. Corpos relegados às margens. Corpos marginalizados. Povos fortemente atingidos pelas linhas de forças necropolíticas pandêmicas. Corpos em resistência, que a seus modos seguem enunciando e sobrevivendo a genocídios que não cessam. Corpos sementes, que nos ensinam, desde longe e no agora, a caminhar pelas linhas de outras apostas-pactos em que afirmam solidariedades, persistências e invenções coletivas nos interstícios de incontáveis redes (MENDES, 2020). Redes que bordam e das quais transbordam afetos, cooperação, solidariedade, convivialidades, saberes e cuidados nas e pelas bordas e que foram intensamente amplificadas neste período pandêmico e das quais participamos ativamente de muitos modos (MENDES, 2020; CARVALHO).

No mais, havemos de lembrar dos povos originários, que não se curvaram aos modelos de Estado moderno e sua governamentalidade neoliberal, e que preservaram suas formas ancestrais de se relacionarem com a vida, com a circulação do poder e com a produção do comum. Como nos fala Ailton Krenak “os povos originários ainda estão presentes neste mundo não porque foram excluídos, mas porque escaparam” (2020b, p. 111), escaparam das investidas coloniais de expropriação violenta. A despeito de tudo isso, conservaram seus modos de viver e continuam a produzir vida de maneiras outras e a nos ensinar sobre caminhos para existir-resistir, como também o fazem nossos outros parentes encarnados nos povos de terreiros, nos povos afro-diaspóricos, nos povos de quilombos, nos povos das artes, nos povos de rua, nos povos do campo, nos povos de becos e vielas, nos povos desterrados, nos povos das águas, nos povos das matas, nos povos de outras tantas bordas da Terra.

Nesta perspectiva, a questão que se coloca e com a qual é urgente seguirmos nos diferentes espaços em que atuamos como docentes, pesquisadores, estudantes e trabalhadores da educação física diz respeito a quais apostas e projetos (de mundo) construiremos e seguiremos fortalecendo (ou não) neste campo de forças bio-necropolítico que habitamos, a fim de que possamos nos tornar mais porosos na construção de encontros e experimentações de saberes, fazeres, questões e modos de viver de corpos considerados descartáveis e matáveis, como evidenciado no decorrer da pandemia que entre nós alcançou a condição de crise sanitária-humanitária. Neste

contexto, cabe interrogarmos de modo individual-coletivo, a fim de darmos novos passos em direção a composição de outros movimentos: Seguiremos como antes em nossos papéis de docentes, pesquisadores, estudantes e trabalhadores da educação física? Diante da experiência pandêmica continuaremos impassíveis em relação a fabricação de outros modos de pensar-propor a formação-pesquisa-cuidado ao aguardarmos ávidos pela retomada do “normal”?

Aqui lembramos que no início da pandemia as várias publicações e falas de pensadores(as) de diferentes campos ao problematizarem que sairíamos deste período compondo outros significados e movimentos coletivos sobre nossas relações (incluindo o campo das intersecções entre gênero, raça e classe), saúde, trabalho, público e privado, justiça social, democracia, existência de outras cosmogonias (AGAMBEN *et al.*, 2020; KRENAK, 2020 a, b; PELBART; FERNANDES, 2021 a, b). No entanto, o que vivenciamos após dois anos de pandemia está distante de tais análises, incluindo a deflagração de um conflito internacional que anuncia o recrudescimento, em um curto período, de questões como insegurança alimentar/fome, desemprego, pessoas em situação de rua e deslocamento de refugiados.

CORPOS COLONIZADOS... OU SEGUINDO AS TRILHAS DO IN-COMUM

Temos desenvolvido ao longo das últimas décadas, particularmente no grupo de pesquisa XXXXX^{vi} estudos e pesquisas que, com algum impacto e reverberações, têm fortalecido outros modos de pensar, sentir e fazer educação física. Estamos nos ocupando de pesquisas implicadas com produções coletivas e com a constituição e aproximação de coletivos a partir de temas que se interseccionam a uma constelação de corpos em seus saberes, práticas e modos de estar no mundo. Assim, temos caminhado ao encontro de questões que nos afetam, que nos constituem, que nos impulsionam a cruzar e habitar as trilhas do inusitado, do in-comum. De passos que nos levam aquelas(es) e aquilo que não é comum no espaço da universidade e, assim, hoje somos um coletivo de pesquisadoras(es) que também são estudantes, docentes e trabalhadores(as) dos SUS que ao compartilhar um solo comum segue problematizando-propondo encontros com diferentes cosmogonias, saberes ancestrais, populares, fronteiriços.

Assim, uma das nossas investigações tem buscado analisar como os saberes e práticas da saúde coletiva, com foco nas PICS, vem compondo com a formação em

educação física e os limites para esse diálogo, com intuito de contribuir para discussões sobre o que pode a área específica no encontro com outros campos e outros corpos. Partindo de uma concepção das PICS como um movimento que não é unânime e consensual, mas aberto e que agrega a crítica ao saber único e universalizado e a necessidade de constante composição com o campo da saúde visando o diálogo com outras práticas e formas de cuidado, o objetivo do estudo é analisar as diferentes pontos de vista das PICS, a fim de identificarmos projetos e questões comuns no contexto da saúde, coerentes com a construção de um cuidado integral, decolonial e pós-científico, para além das propostas hegemônicas da educação física^{vii}.

Outro projeto de pesquisa busca compreender como tem sido a interlocução entre mestrado profissional, trabalho em saúde e produção de conhecimento, tendo como perspectiva que a aproximação com o cotidiano do existir – onde vivemos, trabalhamos e organizamos coletivos – pode nos auxiliar a ultrapassar os discursos hegemônicos na/da saúde com ênfase na doença em detrimento da pessoa adoecida. As vivências cada vez mais isoladas faz com que sejam produzidas relações cada vez mais distantes do cotidiano e respondendo muito pouco ou quase nada às necessidades de vida e saúde. Tendo como pressuposto que há diferentes modos de existir, produzir pensamento e ação como efeito de aproximações a diferentes epistemologias e referenciais teóricos, o objetivo desta pesquisa é compreender como o Mestrado Profissional tem produzido diferentes perspectivas, conhecimentos, assim como, valorizado e fortalecido a discussão relativa ao o trabalho em saúde^{viii}.

Outro estudo, que partia da questão “O que vem de fora e a saúde não enxerga” buscou construir encontros com os modos de viver produzidos em territorialidades da dita periferia de São Paulo em uma região que ainda carrega as marcas de “triângulo da morte”, do que resultou visibilidades e experiências com os(as) integrantes da pesquisa sobre diferentes campos problemáticos e modos coletivos de enfrentá-los (que se estenderam ao período da pandemia) construídos por poetas, *slammers*, professoras(es) da rede pública, artistas-pesquisadoras(es) da dança e teatro negro: saraus nas escolas fabricados por professores-poetas com estudantes e outros professores em diálogo com a literatura e cultura periféricas; espetáculos que agregam saberes e práticas das culturas popular, afrodiáspóricas e indígenas; fortalecimento do teatro negro feminino pela tematização de questões relativas à saúde da população negra e produção de saúde e cuidados coletivos tendo as artes como dispositivo, encarceramento e genocídio da população negra periférica, particularmente de mulheres; atravessamentos e resistências

de modos de viver LGBTQIA+, incluindo tais experiências na infância; construção de ações coletivas e sustentáveis em articulação com escolas e famílias, incluindo ações com mulheres, crianças, jovens; ampliação da presença em espaços acadêmicos de moradores destes territórios pela tematização de questões e potências do viver “periférico” (XXXXX, 20XX)^{ix}.

Assim seguimos, provocando movimentações que têm nos deslocado e, ao mesmo tempo, têm nos inspirado para encontros in-comuns para sermos ocupadas(os) e nos ocuparmos de novos e outros comuns com uma multiplicidade de corpos em suas singularidades, sensibilidades e sabedorias, constituindo apostas e disputas mais coletivas e democráticas na formação, na pesquisa, no cuidado... e em nossos modos de existir.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, A. L.; MERHY, E. E.; GOMES, M. P. C.; TALLEMBERG, C.; CHAGAS, M. S.; ROCHA, M.; SANTOS, N. L. P.; VIANNA, E. S. L. O pesquisador in-mundo e o processo de produção de outras formas de investigação em saúde. *In*: MERHY, E. E.; BADUY, R. S.; SEIXAS, C. T.; ALMEIDA, D. E. S.; SLOMP JUNIOR, H. (Org). *In: Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes*. Rio de Janeiro. 2016. v.1, p.22-30.

AGAMBEN, G.; ZIZEK, S.; NANCY, J. L.; BERARDI, F.; PETIT, S. L.; BUTLER, J.; BADIOU, A.; HARVEY, D.; HAN, B. C.; ZIBECCHI, R.; GALINDO, M.; GABRIEL, M.; GONZÁLEZ, G. Y.; MANRIQUE, P.; PRECIADO, P. B. Sopa de Wuhan: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio); 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/sopadewuhan>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

ANTUNES, P. C.; FRAGA, A. B. Práticas corporais integrativas: Proposta conceitual para o campo das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 9, p. 4217-4232, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/B5TfnFPdrWG9NVsmfRXNkvS/?lang=pt>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

AYRES, J. R. C. M.; CARVALHO, Y. M.; NASSER, M. A; SALTÃO, R. M.; MENDES, V. M. Caminhos da integralidade: adolescentes e jovens na Atenção Primária à Saúde. **Interface** (Botucatu. Impresso), v. 16, p. 67-82, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/txfWW9GtK4yKR6tSQ66fhG/?lang=pt>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

BARBONI, V. G. A. V.; SOUZA, V. H.; CARVALHO, Y. M. A Formação em Saúde Coletiva nos Currículos de Educação Física: Um Retrato Atual. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 27, jan./dez. 2021. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/113041>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014.** Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html>. Acesso em: 16. mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. **Nota Técnica nº 3, 28 de janeiro de 2020.** Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <<https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2020/01/NT-NASF-AB-e-Previne-Brasil-1.pdf>>. Acesso em: 16. mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia de Atividade Física para a População Brasileira** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BIEHL, J. Descolonizando a saúde planetária. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 59, p. 337-359, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/mYh65g7LyMwLJhfp9XvcTnn/>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

CAPONI, S. A saúde como abertura ao risco. In: CZERESNIA, D. (Org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendência.** Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 2003 p.55-77.

CARVALHO, Y. M. Promoção da saúde, práticas corporais e atenção básica. **Revista Brasileira de Saúde da Família**, Brasília, v. 7, p. 33-45, 2006. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/revistas/revista_saude_familia11.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.

CARVALHO, Y. M. Práticas corporais e comunidade: um projeto de Educação Física no Centro de Saúde Escola Samuel B. Pessoa. In: FRAGA, A. B.; WACHS, F. (Org.). **Educação Física e Saúde Coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção.** 1ªed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, v. 1, p. 63-73.

CARVALHO, Y. M. **As práticas corporais como práticas de saúde e de cuidado no contexto da promoção da saúde.** 2010. Tese (Livre docência) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

CARVALHO, Y. M.; GOMES, I.M.; FRAGA, A.B. (Org.). **As práticas corporais no campo da saúde: pesquisa interinstitucional e formação em rede.** 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2016, v. 3. 190p.

CARVALHO, Y.M.; MENDES, V.M. **Corpo e Cuidado: as práticas corporais como práticas de cuidado – Provações.** São Paulo: Hucitec, 2019.

CARVALHO, Y. M.; MENDES, V. M. Corpo Presente... Na formação e no cuidado em saúde. **Pensar a prática.** v. 25, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fe/article/view/69870/38035>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

CARVALHO, Y. M. ; PRADO, A. R. ; ALONSO, A. T. . Educación en Educación Física en Brasil: otros modos de pensar y intervenir en lo servicio público de salud. **Educación Física y Ciencia**, v. 15, p. 10-16, 2013.

CASTIEL, L. D.; GUILAM, M. C. R. A saúde persecutória: à espera dos riscômetros portáteis. **Interface.** v.11, n.21, p.145-63, 2007. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/icse/a/Y3N9GTtFHgSCyqbBpn55KcG/?lang=pt>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

CASTIEL, L. D.; FERREIRA, M. S.; MORAES, D. R. Os riscos e a promoção do autocontrole na saúde alimentar: moralismo, biopolítica e crítica parresíasta. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n.5 p. 1523-1532, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/WswrxNsR8Ftfrct7xFc8ynz/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

CONFED. Conselho Federal de Educação Física. Leis reconhecem a essencialidade do exercício físico. **Revista Educação Física**, n. 75, jun. 2020. Disponível em: <https://www.confef.org.br/extra/revistaef/arquivos/2020/N75_JUNHO/06.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.

DELEUZE, G. **Conversações**. 7ª ed. São Paulo. Editora: 34, 2013.

FERRACINI, R.; LIMA, E. M. F. A.; CARVALHO, S. R.; LIBERMAN, F.; CARVALHO, Y. M. Uma experiência de cartografia territorial do corpo em arte. **Urdimento**, v. 1, p. 219-232, 2014.

FEUERWERKER, L. C. M.; MERHY, E. E. Um breve debate sobre nosso(s) modo(s) de analisar políticas. In: BERTUSSI, D. C.; MERHY, E. E.; COELHO, K. S. C.; SANTOS, M. L. M.; ROSA, N. S. F. (Org.). **O Cer que Precisa Ser: os desafios perante as vidas insurgentes**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Rede Unida, Série Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde, v. 14, 2021 (no prelo).

FONSECA, G. S.; JUNQUEIRA, S. R.; BOTAZZO, C.; CARVALHO, Y. M.; ARAUJO, M. E. . A clínica do corpo sem boca. **Saúde e Sociedade (ONLINE)**, v. 25, p. 1039-1049, 2016.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de Março de 1976. In: **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p.304-306.

FRAGA, A.B.; CARVALHO, Y. M.; GOMES, I.M. . Políticas de formação em educação física e saúde coletiva. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 10, p. 367-386, 2012.

FRAGA, A.B.; CARVALHO, Y. M.; GOMES, I.M. (Org.). **As práticas corporais no campo da saúde**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2013. v. 1. 229p .

FRAGA, A. B.; CARVALHO, Y. M.; GOMES, I. M. (Org.). **Práticas Corporais no Campo da Saúde: uma política em formação**. 1. ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015, v. 1, p. 258.

FREITAS, F.F. **A Educação Física no Serviço Público de Saúde**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

FREY, I. “‘Herd Immunity’ is Epidemiological Neoliberalism”. **The Quarantines: Life and Politics in Times of the Corona-Pandemic**, 19 de março de 2020. Disponível em: <<https://thequarantines.wordpress.com/2020/03/19/herd-immunity-is-epidemiological-neoliberalism/>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

FURTADO, R. P.; OLIVEIRA, M. F. M.; VIEIRA, P. S.; MARTINEZ, J. F. N.; SOUSA, P. M. G.; SANTOS, W. A.; PASQUIM, H. M.; SOUSA, M. F.; NEVES, R. L. R. Educação Física e atenção psicossocial: reflexões sobre as intervenções nos CAPS e outros espaços urbanos. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 173-182, 2022. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csc/a/jkfdJsnC9zDHRBbpyg7sn6R/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

GERMANO, J. M.; MENDES, V. M.; FEUERWERKER, L. C. M. Política de Promoção à Saúde: uma aproximação genealógica. *In: Congresso Internacional da Rede Unida*, 14, 2020, Niterói. **Anais [...]**, v. 6, supl. 3, 2020. Disponível em: <<http://www.redeunida.org.br/pt-br/evento/8/standalone/anais/?title=VAL%C3%89RIA+MONTEIRO+MENDES>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

JUNQUEIRA, S. R.; CARVALHO, Y. M. (Org.) . **Formação em saúde: experiências nos serviços e invenções coletivas**. 1. ed. são paulo: YENDIS, 2016. v. 1. 105p.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras 2020. a

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. b

LUZ, M.T. **Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna**. São Paulo: Hucitec, 2012.

MARCONDES, R. **As práticas corporais no serviço público de saúde: uma aproximação entre a educação física e a saúde coletiva**. 2007. Dissertação (Mestrado - Pedagogia do Movimento) - Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARTINS, L. Performances do tempo espiralar. *In: RAVETTI, G.; ARBEX, M. (Org).* **Performances territoriais e textuais, exílio, fronteiras**. Belo Horizonte: Pslit. 2002. p. 69-91.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2019.

MENDES, V.M. **Entre Pontes, Travessias e Encruzilhadas: corpos em tensão, inventando existências e resistências rizomáticas**. 2020, Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2020.

MENDES, V.M. Práticas corporais como práticas de cuidado e alimentação. *In: CERVATO-MANCUSO, A. M; ANDRADE, S. C.; VIEIRA V. L. (Org.).* **Alimentação e nutrição para o cuidado multiprofissional**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2021, v. 1, p. 106-117.

MENDES V.M.; PASQUIM, H.M. Pensando o cuidado na atenção básica: o lugar da experiência com as práticas corporais. *In: KOOPMANS, F. F.; ESPÍRITO-SANTO, G. M. (Orgs.).* **Saúde da família: experiências e diversidade no território**. Rio de Janeiro: UNISUAM, 2015. v. 1, 204 p.

MENDES, V. M.; CARVALHO, Y. M. **Práticas Corporais & Clínica Ampliada**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2016. v. 1. 260p.

MENDES, V. M; CARVALHO, Y.M. Interfaces da promoção da saúde e da clínica ampliada na construção do cuidado centrado no usuário. *In: ESPÍRITO SANTO, G.; WACHS, F.; OLIVEIRA, V.J.M.; CARVALHO, F.F.B (Org.).* **Educação Física e Formação em Saúde**. 1. ed. São Paulo: Hucitec. No prelo.

MERHY, E. E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MERHY, E. E. Ver a si no ato de cuidar. *In: CAPOZZOLO, A. A; CASETTO, S. J; HENZ, A. O. (Org.).* **Clínica comum: itinerários de uma formação em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 248-267.

MORETTI, A.; CARVALHO, Y.M. Contribuições da teoria labaniana para o desenvolvimento do trabalho com práticas corporais no Sistema Único de Saúde. **Movimento**, v. 25, p. 1982-8918, 2019.

PELBART. Exclusão e biopotência no coração do Império. *In: Seminários de Estudos territoriais de desigualdades sociais*. São Paulo, 2001. **Anais [...]**. São Paulo: Cedest, 2001.

PELBART. P. Biopolítica. **Sala Preta**, São Paulo, n.7, p.57-65. 2007.

PELBART. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.24, supl. 1, p.19-26, 2015.

PELBART, P. P.; FERNANDES, R. M. (Org.). **Pandemia Crítica: Outono 2020**. 1. ed. São Paulo: SESC SP e N-1 Edições, 2021a. 480p.

PELBART, P. P.; FERNANDES, R. M. (Org.). **Pandemia Crítica: Inverno 2020**. 1. ed. São Paulo: SESC SP e N-1 Edições, 2021b. 464p.

REUBENS, A. **Corpo e práticas terapêuticas na saúde mental**. Editora Appris, 2021.

SANSONETI, P. Notas sobre a pandemia – Covid-19, crônica de um surgimento anunciado. **Blog do LABEMUS**, 23 de março de 2020. Disponível em: <<https://blogdolabemus.com/2020/03/23/notas-sobre-a-pandemia-covid-19-cronica-de-um-surgimento-anunciado-por-philippe-sansonetti/>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

TERRA, J. D. **O corpo em experiência nas práticas corporais: o método self-healing de Meir Schneider na atenção à saúde**. 2017. Tese (Doutorado em Pedagogia do Movimento) - Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

WARSCHAUER, M. **Lazer e saúde: as práticas corporais no sistema público de Santo André**. 2008. Dissertação (Mestrado - Escola de Educação Física e Esporte) - Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

WACHS, F. Educação Física e Saúde Mental: algumas problemáticas recorrentes no cenário de práticas. *In: WACHS, F.; ALMEIDA, U. R.; BRANDÃO, F. F. F. (Org.). Educação Física e Saúde Coletiva: Cenários, experiências e artefatos culturais*. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2016. v. 1, p. 47-62.

ⁱ Nota de aula de disciplina de pós-graduação ministrada pela profa. Laura Camargo Macruz Feuerwerker na Faculdade de Saúde Pública da USP.

ⁱⁱ Trazemos o conceito de encruzilhada orientadas pelos estudos de Leda Martins que em “Performance do tempo espiralar”: “A noção de encruzilhada, utilizada como operador conceitual, oferece-nos a possibilidade de interpretação do trânsito sistêmico e epistêmico que emergem dos preceitos inter e transculturais, nos quais se confrontam e se entrecruzam, nem sempre amistosamente, práticas performáticas, concepções e cosmovisões, princípios filosóficos e metafísicos, saberes diversos, enfim [...] a encruzilhada é lugar radial de centramento e descentramento, interseções e desvios, textos e tradução, confluências e alterações, influências e divergências, fusões, rupturas, multiplicidade e convergência, unidade e pluralidade, origem e disseminação” (MARTINS, 2002, p. 73).

ⁱⁱⁱ E o texto segue: “Mostre as variedades de atividades físicas, como jogos, práticas corporais, brincadeiras, danças e esportes, para as crianças e jovens e torne-os atrativos. Converse com os pais ou responsáveis dos alunos, indicando atividades físicas que eles possam fazer com a criança ou o jovem. Reserve algumas de suas aulas para mostrar este Guia aos seus estudantes. Explique como usá-lo, promova as atividades e tire as dúvidas. Apresente também este Guia aos pais e responsáveis e recomende sua leitura” (BRASIL, 2021 p.19)

^{iv} Embora o autor não traga em sua escrita uma referência de gênero, optamos por incluir o artigo “a” no plural considerando nossas implicações ético-políticas

^v A expressão in-comum segue a trilha da formulação proposta por Abrahão *et al.* (2016) que problematizam a produção do pesquisador in-mundo, na perspectiva de que quando o pesquisador está in-mundo “mistura-se, afeta-se com o processo e se sujando de mundo, é atravessado e inundado” (p.23).

^{vi} Grupo de pesquisa XXX, vinculado ao Departamento XXX na XXX. (Informações suprimidas considerando o processo de avaliação do artigo).

^{vii} Pesquisa de mestrado em andamento vinculada ao Departamento XXX na XXX. (Informações suprimidas considerando o processo de avaliação do artigo).

^{viii} Pesquisa de mestrado profissional em andamento, vinculada ao Departamento XXX na XXX. (Informações suprimidas considerando o processo de avaliação do artigo).

^{ix} Pesquisa de doutorado realizada sob orientação de XXX e vinculada ao Departamento XXX na XXX. (Informações suprimidas considerando o processo de avaliação do artigo).

